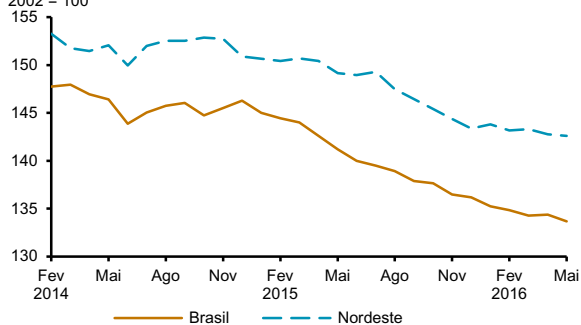


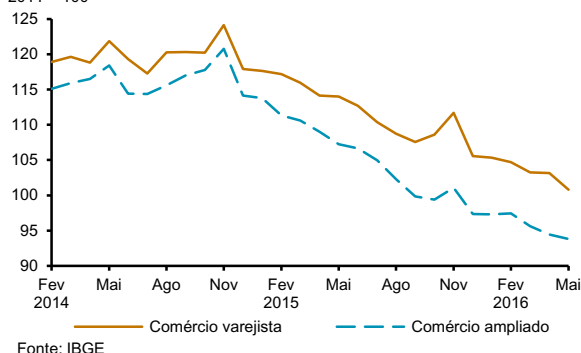
**Gráfico 2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Nordeste**

Dados dessazonalizados  
2002 = 100



**Gráfico 2.2 – Comércio varejista – Nordeste**

Dados dessazonalizados  
2011 = 100



**Tabela 2.1 – Comércio varejista – Nordeste**

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período		
	2016		
	Fev <sup>1/</sup>	Mai <sup>1/</sup>	12 meses
Comércio varejista	-3,7	-2,7	-9,3
Combustíveis e lubrificantes	-4,4	-1,3	-11,3
Híper e supermercados	-2,7	-3,1	-7,3
Móveis e eletrodomésticos	-7,9	-5,2	-18,3
Equip. e mat. para esc., inf. e comunicação	-12,4	4,4	-24,2
Comércio ampliado	-2,7	-2,8	-12,6
Automóveis e motocicletas	-3,6	-3,5	-19,6
Material de construção	-1,7	-5,8	-13,0

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A atividade econômica no Nordeste, que havia sido impactada, em 2015, pela trajetória desfavorável dos indicadores de confiança e pelos efeitos do ajuste macroeconômico em curso no país, voltou a registrar desempenho negativo no primeiro trimestre do ano, conforme indicam as retrações, na margem, do PIB da Bahia (1,2%), do Ceará (5,5%) e de Pernambuco (2,4%), estimadas pelos institutos de pesquisa de cada estado.

Indicadores divulgados mais recentemente mostram que a atividade econômica na região seguiu em retração no trimestre encerrado em maio, ainda que em ritmo mais moderado, sensibilizada pelo desempenho negativo do comércio e do setor de serviços. Nesse cenário, o IBCR-NE recuou 0,4% em relação ao trimestre encerrado em fevereiro, quando havia diminuído 1,4%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados. O indicador diminuiu 3,9% no período de doze meses encerrado em maio (-3,0% no terminado em fevereiro).

As vendas do comércio ampliado no Nordeste contraíram 2,8% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando haviam recuado 2,7%, nesse tipo de comparação, segundo estatísticas dessazonalizadas da PMC, do IBGE. Houve diminuições nas vendas em nove dos dez segmentos pesquisados (livros, jornais, revistas e papelaria, -21,1%; material de construção, -5,8%). Excluídas as variações nas vendas de veículos (-3,5%) e de material de construção, o comércio varejista contraiu 2,7% no período (-3,7% no trimestre encerrado em fevereiro).

Em doze meses, as vendas do comércio ampliado diminuíram 12,6% em maio, ante recuo de 10,9% em fevereiro (equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, -24,2%, e veículos, motocicletas, partes e peças, -19,6%). As vendas do comércio varejista retraíram, na ordem, 9,3% e 7,8% nas mesmas bases de comparação.

**Tabela 2.2 – Volume de serviços – Nordeste**

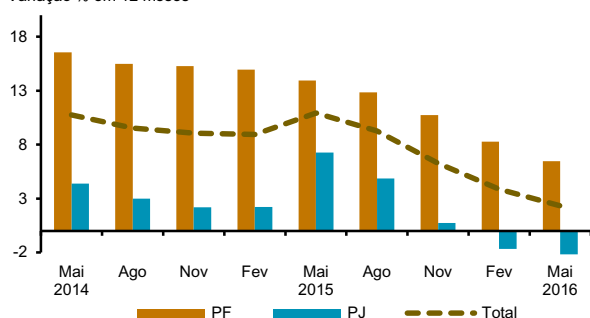
Segmentos	Variação %		
	2016		12 meses
	Fev <sup>1/</sup>	Mai <sup>1/</sup>	
Total	-8,0	-7,6	-7,5
Serviços prestados às famílias	-4,9	-3,9	-4,2
Serviços de informação e comunicação	-4,9	-6,4	-6,4
Serviços profissionais e administrativos	-16,8	-8,7	-13,2
Transportes e correio	-5,4	-8,9	-5,7
Outros serviços	-7,0	-10,4	-8,8

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

**Gráfico 2.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Nordeste<sup>1/</sup>**

Variação % em 12 meses



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Os emplacamentos de automóveis e comerciais leves na região, indicador de vendas do setor, recuaram 25,4% no trimestre finalizado em junho, em relação a igual período do ano anterior, de acordo a Fenabreve. O indicador retraiu 29,8% no primeiro semestre do ano, em relação a igual período de 2015.

O volume do setor de serviços não financeiros no Nordeste diminuiu 1,6% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando recuara 2,9%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMS do IBGE. O indicador recuou 7,5% em relação a igual período de 2015 (serviços profissionais, administrativos e complementares, -13,2%; outros serviços, -8,8%).

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil na região totalizou R\$400,9 bilhões em maio, variando -0,3% no trimestre e 2,3% em doze meses. As operações realizadas com recursos livres atingiram R\$215 bilhões, com retrações respectivas de 0,5% e de 0,6%, nas mesmas bases de comparação, e as realizadas com recursos direcionados, R\$185,9 bilhões, registrando estabilidade no trimestre e expansão de 5,9% em doze meses.

A carteira de pessoas jurídicas, concentrada em créditos para a indústria de transformação e para o comércio, atingiu R\$165,4 bilhões em maio, recuando 2,0% no trimestre e 3,0% em doze meses. A carteira de pessoas físicas somou R\$235,5 bilhões, com aumentos respectivos de 0,9% e de 6,5%, nas mesmas bases de comparação, destacando-se as modalidades crédito consignado e financiamento de veículos.

A inadimplência dessas operações de crédito situou-se em 4,6% no trimestre encerrado em maio, aumentando 0,23 p.p. no trimestre e 0,82 p.p. em doze meses. A evolução trimestral repercutiu elevações respectivas de 0,04 p.p. e 0,48 p.p. nos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, nos quais a inadimplência atingiu, na ordem, 4,9% e 4,1%.

Os desembolsos do BNDES para o Nordeste totalizaram R\$5,7 bilhões no primeiro semestre do ano (14,2% do total nacional), reduzindo-se 39,7% em relação ao período equivalente de 2015. Os desembolsos para micro, pequenas e médias empresas somaram R\$1,5 bilhão, recuando 36,1% no período. Considerados intervalos de doze meses, os desembolsos do BNDES para a região diminuíram 22,1% em junho, em relação a igual período de 2015.

**Tabela 2.3 – Evolução do emprego formal – Nordeste**

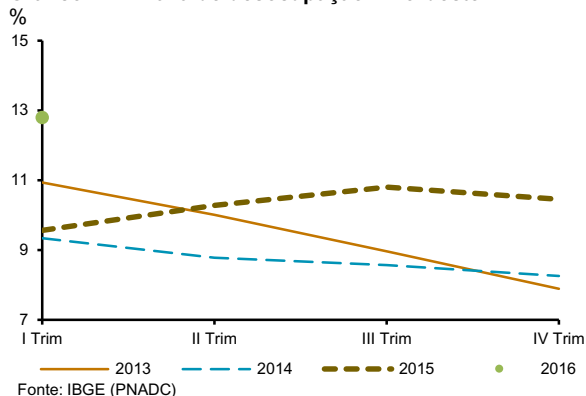
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) <sup>1/</sup>				
	2015			2016	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	-98,4	-42,9	-7,5	-159,8	-92,4
Indústria de transformação	-53,8	-0,7	23,7	-57,5	-29,0
Serviços industriais de util. pública	1,4	-0,1	-1,3	-2,5	-2,3
Construção civil	-26,1	-19,8	-22,7	-30,0	-22,2
Comércio	-5,6	-13,8	8,6	-26,4	-23,3
Serviços	-7,9	-21,1	-16,5	-22,7	-13,4
Agropecuária	-6,6	13,1	3,4	-21,0	-2,4
Outros <sup>2/</sup>	0,2	-0,4	-2,8	0,3	0,3

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

**Gráfico 2.4 – Taxa de desocupação – Nordeste**

Fonte: IBGE (PNADC)

**Tabela 2.4 – Necessidades de financiamento – Nordeste<sup>1/</sup>**

Discriminação	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2015	2016	2015	2016
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
Total	-7 621	-3 489	1 121	1 344
Governos estaduais	-4 788	-1 895	1 127	1 385
Capitais	- 472	- 824	19	19
Demais municípios	-2 362	- 770	- 25	- 60

1/ Inclui informações dos governos estaduais e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

Os indicadores de confiança na região, contrastando com a tendência observada em âmbito nacional, não apresentaram recuperação. Nesse sentido, a ICF – pesquisa realizada pela CNC – atingiu 80,6 pontos no segundo trimestre de 2016, ante 89,2 pontos no primeiro, situando-se na área de insatisfação (abaixo de 100 pontos). Ressalte-se que, dos sete componentes do indicador, apenas os relativos ao emprego (108,6 pontos) e à perspectiva profissional (103,9 pontos) mantiveram-se acima da zona de indiferença.

O Icec, calculado pela CNC, atingiu 84,0 pontos no segundo trimestre de 2016 (85,6 pontos no primeiro). O indicador encontra-se em área que aponta falta de confiança (abaixo de 100 pontos) pelo quinto trimestre consecutivo, especialmente devido à avaliação das condições atuais da economia brasileira, em particular do comércio.

O mercado de trabalho do Nordeste, refletindo a moderação da atividade econômica na região, registrou a eliminação de 92,4mil postos de trabalho no trimestre finalizado em maio de 2016 (-98,4 mil em igual período do ano anterior), de acordo com o Caged/MTPS. Houve cortes em todas as atividades pesquisadas, à exceção da administração pública, ressaltando-se os registrados na indústria de transformação (29 mil) e no comércio (23,3 mil). O nível de emprego formal diminuiu 1,0% no período (-1,1% no trimestre encerrado em fevereiro), considerados dados dessazonalizados.

A taxa de desemprego da região situou-se em 12,8% no trimestre encerrado em março, ante 9,6% em igual período de 2015, de acordo com a PNAD Contínua, do IBGE. Houve retrações de 3,7% na população ocupada e de 0,1% na População Economicamente Ativa (PEA). O rendimento real médio habitual recuou 4,2% e a massa salarial, 6,8%, no trimestre.

No âmbito fiscal, o *superavit* primário dos governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Nordeste totalizou R\$3,5 bilhões no primeiro trimestre de 2016. O recuo de 54,2% em relação a igual período de 2015 repercutiu reduções nos *superavits* dos governos estaduais (60,4%) e dos demais municípios (67,4%), e aumento de 74,8% no das capitais.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$1,3 bilhão no trimestre e o resultado nominal, *superavit* de R\$2,1 bilhões (R\$1,1 bilhão e R\$6,5 bilhões, respectivamente, em igual período de 2015). Houve reduções nos *superavits* nominais dos governos estaduais (86,1%) e

**Tabela 2.5 – Dívida líquida – Nordeste<sup>1/</sup>**

Discriminação	R\$ milhões		
	2014	2015	2016
	Dez	Dez	Mar
Dívida bancária	20 726	23 375	22 852
Renegociação <sup>2/</sup>	20 053	21 237	20 805
Dívida externa	20 917	31 112	28 376
Outras dívidas junto à União	240	32	50
Dívida reestruturada	924	1 329	1 211
Disponibilidades líquidas	-15 841	-14 699	-16 389
<b>Total (A)</b>	<b>47 019</b>	<b>62 386</b>	<b>56 905</b>
<b>Brasil<sup>3/</sup> (B)</b>	<b>655 704</b>	<b>793 064</b>	<b>731 056</b>
<b>(A/B) (%)</b>	<b>7,2</b>	<b>7,9</b>	<b>7,8</b>

1/ Inclui informações dos governos estaduais e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2000.

3/ Refere-se à soma de todas as regiões.

**Tabela 2.6 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Nordeste<sup>1/</sup>**

Discriminação	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida <sup>2/</sup>	
		2015	Nominal	Outros <sup>4/</sup>		
	Dez	Primário	Juros	Total <sup>3/</sup>	Mar	
Total	62 386	-3 489	1 344	-2 146	-3 335	56 905
Governos estaduais	64 223	-1 895	1 385	-510	-2 469	61 244
Capitais	1 078	-824	19	-806	-895	-622
Demais municípios	-2 915	-770	-60	-830	29	-3 716

1/ Inclui inform. dos governos estaduais e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

**Tabela 2.7 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Nordeste<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2015			Maio de 2016		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida <sup>2/</sup>	Fluxos 12 meses	
	Primário	Nominal <sup>3/</sup>		Primário	Nominal <sup>3/</sup>	
AL	9 453	-419	886	7 301	-354	963
BA	15 945	-1 771	-425	16 296	1 104	2 401
CE	8 000	498	1 075	7 618	1 496	2 074
MA	5 287	587	1 001	4 868	756	1 177
PB	3 492	148	386	2 829	215	463
PE	12 504	-659	475	11 386	-25	1 055
PI	2 487	89	245	2 455	701	862
RN	1 226	538	615	653	453	534
SE	3 992	419	678	3 751	819	1 085
<b>Total (A)</b>	<b>62 386</b>	<b>-568</b>	<b>4 937</b>	<b>57 157</b>	<b>5 164</b>	<b>10 614</b>
<b>Brasil<sup>4/</sup> (B)</b>	<b>793 064</b>	<b>-11 900</b>	<b>85 611</b>	<b>741 833</b>	<b>891</b>	<b>98 622</b>
<b>(A/B) (%)</b>	<b>7,9</b>	<b>4,8</b>	<b>5,8</b>	<b>7,7</b>	<b>579,7</b>	<b>10,8</b>

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

dos principais municípios (65,2%), e elevação de 78,1% no das capitais.

A dívida líquida dos estados, das capitais e dos principais municípios do Nordeste somou R\$56,9 bilhões em março de 2016 (7,8% da dívida dessas entidades no país), recuando 8,8% em relação a dezembro de 2015. As dívidas junto à União responderam por 38,8% do total, seguindo-se as participações da dívida bancária, 40,2%; da dívida externa, 49,9%; e da posição credora em disponibilidades líquidas, 28,8%.

Considerados dados consolidados, o *deficit* primário dos governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Nordeste atingiu R\$5,2 bilhões no intervalo de doze meses encerrado em maio de 2016 (*superavit* de R\$568 milhões em 2015). Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$5,5 bilhões e o *deficit* nominal, R\$10,6 bilhões, no período (R\$5,5 bilhões e R\$4,9 bilhões, na ordem, em 2015). O endividamento líquido dos três segmentos somou R\$57,2 bilhões em maio (reco de 8,4% em relação a dezembro de 2015), representando 7,7% da dívida dos estados, capitais e principais municípios do país (7,9% em dezembro de 2015).

A receita de ICMS no Nordeste totalizou R\$69,6 bilhões no período de doze meses finalizado em maio de 2016, segundo a Cotepe, do MF, com recuo real de 5,7% em relação a igual intervalo de 2015, considerado o IGP-DI como deflator. As transferências da União, incluídos os recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) somaram R\$73,5 bilhões no período, conforme a STN, recuando 6,7%, em termos reais, na mesma base de comparação.

No setor agrícola, a adversidade climática impactou significativamente a safra de grãos da região, que deverá totalizar 11,7 milhões de toneladas em 2016 (6,1% da produção nacional), de acordo com o LSPA de junho do IBGE. A estimativa de redução anual de 29,2%, significativamente superior à registrada no país (8,4%), foi condicionada por projeções de recuos nas produções de soja (39,1%), impactada pela forte estiagem que ocorreu nos três estados produtores da região, milho (8,8%) e feijão (2,1%), lavouras que representaram, em conjunto, 90,6% da produção anual de grãos do Nordeste em 2015. Em relação às demais culturas, estão projetados acréscimos anuais para as safras de mandioca (2,9%) e de banana (1,4%), e diminuição de 4,0% para a de cana-de-açúcar.

**Tabela 2.8 – Produção agrícola – Nordeste**

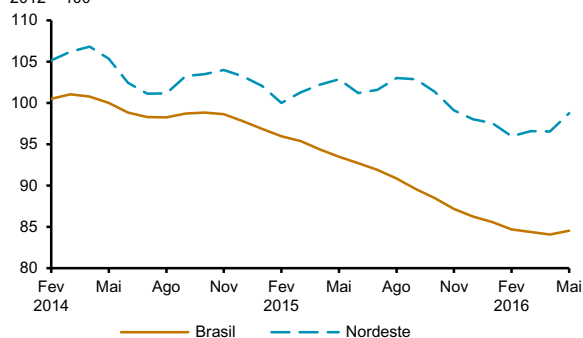
Itens selecionados

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup> (%)	Em mil toneladas			Var. % 2016/2015
		Produção <sup>2/</sup>			
		2015	2016		
Produção de grãos		16 600	11 747	-29,2	
Soja	18,9	8 380	5 101	-39,1	
Caroço de algodão (herbáceo)	10,0	816	638	-21,8	
Milho	8,6	5 992	5 462	-8,8	
Feijão	3,1	661	647	-2,1	
Outras lavouras selecionadas					
Cana-de-açúcar	16,7	67 226	64 564	-4,0	
Mandioca	6,0	5 302	5 454	2,9	
Banana	5,5	2 209	2 239	1,4	

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2016.

**Gráfico 2.5 – Produção industrial – Nordeste**  
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral  
2012 = 100

Fonte: IBGE

**Tabela 2.9 – Produção industrial – Nordeste**

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % no período		
		2016		12 meses
		Fev <sup>1/</sup>	Mai <sup>1/</sup>	
Indústria geral	100,0	-3,2	2,9	-2,3
Indústrias extrativas	9,0	-1,1	-4,0	-6,5
Indústrias de transformação	91,0	-2,5	2,4	-1,9
Produtos alimentícios	16,2	-17,0	7,3	-9,2
Deriv. petróleo e biocombustíveis	15,8	-3,7	0,6	13,1
Outros produtos químicos	9,9	-0,4	1,6	-3,1
Artefatos couro e calçados	6,9	2,4	1,5	-9,4

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A produção industrial do Nordeste aumentou 2,9% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando decresceu 3,2%, neste tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Sobressaíram as expansões nas atividades produtos alimentícios, 7,3%, e bebidas, 4,4%.

Considerados períodos de doze meses, a produção industrial da região contraiu 2,3% em maio (-2,1% em fevereiro), com retrações de 6,5% na indústria extrativa e de 1,9% na de transformação (artigos do vestuário e acessórios, -18,4%; produtos têxteis, -15,0%).

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) do Nordeste, divulgado pela CNI, atingiu 47,1 pontos em junho (39,4 pontos em março e 42,7 pontos em junho de 2015), evidenciando, apesar de permanecer na zona indicativa de pessimismo (abaixo de 50 pontos), recuperação da confiança do empresariado. A evolução do indicador, que refletiu elevações nos componentes que avaliam as condições atuais e as expectativas, sugere perspectivas favoráveis para a indústria da região nos próximos trimestres.

No mesmo sentido, o indicador de expectativas da Sondagem Industrial da CNI para o Nordeste atingiu 52,9 pontos em junho, situando-se pelo segundo mês seguido na zona de otimismo. O indicador de estoques, evidenciando patamar inferior ao considerado adequado, totalizou 48,2 pontos em maio.

A balança comercial do Nordeste foi deficitária em US\$3,1 bilhões no primeiro semestre de 2016 (*deficit* de US\$5,9 bilhões em igual período de 2015), de acordo com estatísticas do MDIC. As importações atingiram US\$9,2 bilhões e as exportações, US\$6,1 bilhões, recuando 26,4% e 7,7%, respectivamente, no período.

A evolução das exportações resultou de variações de -19,1% nos preços e de 14,1% no *quantum*. Houve recuos nas vendas em todas as categorias de fator agregado: produtos semimanufaturados, 8,6% (açúcar de cana em bruto, -32,5%; celulose, -13,9%); básicos, 15,7% (soja mesmo triturada, -31,8%); manufaturados, -2,1% (óxidos e hidróxidos de alumínio, -22,9%). Os embarques da região para a China, principal destino das vendas nordestinas, diminuíram 15,3 p.p. no período e representaram, em conjunto com os destinados aos EUA, Argentina, Holanda e Canadá, 57,5% do total exportado pelo Nordeste no primeiro semestre de 2016. Destacaram-se as reduções nas vendas de soja mesmo triturada, para a China e Espanha; de óleos combustíveis

**Tabela 2.10 – Exportação por fator agregado – FOB**  
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Nordeste		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	6 626	6 118	-7,7	-4,3
Básicos	1 667	1 406	-15,7	-6,3
Industrializados	4 959	4 712	-5,0	-2,5
Semimanufaturados	2 197	2 008	-8,6	0,1
Manufaturados <sup>1/</sup>	2 763	2 703	-2,1	-3,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

**Tabela 2.11 – Importação por grandes categorias econômicas – FOB**

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Nordeste		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	12 548	9 232	-26,4	-27,7
Bens de capital	1 223	2 165	76,9	-18,6
Bens Intermediários	5 580	4 228	-24,2	-25,6
Bens de consumo	1 104	679	-38,5	-26,4
Duráveis	555	279	-49,8	-47,6
Automóveis de passageiros	443	237	-46,5	-51,2
Semiduráveis e não duráveis	548	400	-27,1	-17,9
Combustíveis e lubrificantes	4 640	2 161	-53,4	-48,0
Petróleo	122	126	2,9	-47,0
Demais	4 518	2 036	-54,9	-48,4
Bens não especificados	0	0	...	29,1

Fonte: MDIC/Secex

**Tabela 2.12 – IPCA – Nordeste**

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Variação %			
		2015	2016		12 meses
		Ano	I Tri	II Tri	
IPCA	100,0	10,29	2,86	1,95	9,00
Livres	78,2	9,23	3,29	1,46	9,05
Comercializáveis	39,2	8,12	3,33	1,40	9,69
Não comercializáveis	39,0	10,37	3,25	1,53	8,42
Monitorados	21,8	14,24	1,31	3,75	8,79
Principais itens					
Alimentação	30,1	13,42	5,77	1,85	13,50
Habitação	14,0	12,42	0,10	3,75	6,69
Artigos de residência	4,5	5,19	1,70	1,68	7,05
Vestuário	6,8	3,22	0,48	1,84	5,08
Transportes	16,7	10,72	1,68	-0,29	5,96
Saúde	11,0	9,07	2,99	4,81	12,32
Despesas pessoais	8,9	10,30	2,34	1,48	7,77
Educação	4,5	8,82	5,89	0,60	7,78
Comunicação	3,5	3,12	-0,80	1,30	2,55

Fonte: IBGE

1/ Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

(óleo diesel, “fuel oil”, etc.) para as Antilhas Holandesas; de celulose para a China; e de óxidos e hidróxidos de alumínio para a Islândia e Emirados Árabes Unidos.

O comportamento das importações, refletindo retrações de 19,2% nos preços e de 9,0% no *quantum*, repercutiu recuos nas compras de combustíveis e lubrificantes, 53,4% (óleos combustíveis, óleo diesel, “fuel-oil”, etc, -69,2%); bens intermediários, 24,2% (produtos laminados planos de ferro ou aços, -88,8% e naftas, -31,3%); bens de consumo duráveis, 49,8% (automóveis de passageiros, -46,5%); e de bens de consumo semiduráveis e não-duráveis, 27,1% (calçados, -72,1%). As aquisições de bens de capitais, refletindo as importações de equipamentos pela Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), no Ceará, cresceram 76,9% no período. As importações provenientes dos EUA, Coreia do Sul (em especial de equipamentos para a CSP), Argentina, China e Argélia, representaram, em conjunto, 51,0% das aquisições externas da região no semestre. Destacaram-se as diminuições nas compras de óleos combustíveis (óleo diesel, “fuel-oil”, etc) provenientes da Índia e dos EUA; de gás natural liquefeito (GNL), de Trinidad e Tobago e Espanha; e de naftas, da Argélia.

O IPCA do Nordeste, considerados os indicadores das Regiões Metropolitanas de Salvador, Fortaleza e Recife, variou 1,95% no segundo trimestre do ano (2,86% no primeiro de 2016), repercutindo desaceleração nos preços livres, de 3,29% para 1,46%, e aceleração nos monitorados, de 1,31% para 3,75%, sobressaindo nesse grupo, as elevações nos itens produtos farmacêuticos (10,25%), energia elétrica residencial (9,70%) e taxa de água esgoto (8,36%). A trajetória dos preços livres refletiu desacelerações nos preços dos bens comercializáveis, de 3,33% para 1,40% (etanol, -7,27%; frango inteiro, -4,96%; carnes, -2,85%), e dos não comercializáveis, de 3,25% para 1,53% (tubérculos, raízes e legumes, -19,94%; passagens aéreas, -6,71%; feijões, 44,87%). O índice de difusão do IPCA situou-se em 58,56% no segundo trimestre do ano (68,24% no primeiro).

Considerados intervalos de doze meses, o IPCA da região variou 9,00% em junho, ante 9,86% em março, evolução decorrente de desacelerações nos preços livres, de 9,88% para 9,05%, e nos monitorados, de 9,79% para 8,79% (plano de saúde, 14,06%; produtos farmacêuticos, 13,59%; ônibus urbano, 12,46%). A evolução dos preços livres refletiu reduções nas variações dos preços dos bens comercializáveis, de 10,56% para 9,69% (açúcares e derivados, 49,70%; sal e condimentos, 28,97%; etanol, 15,22%; frango inteiro, 11,56%), e dos não comercializáveis, de 9,19% para 8,42%

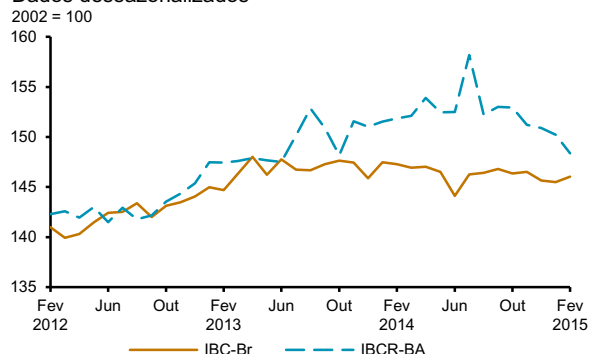
(feijões, 62,16%; farinha de mandioca, 53,68%; frutas, 30,37%).

A atividade econômica no Nordeste manteve-se em retração nos cinco primeiros meses de 2016, impactada pela crise de confiança dos agentes econômicos e pelos resultados desfavoráveis na agropecuária, notadamente soja, impactada pela seca observada na região pelo quinto ano consecutivo. Nesse contexto, em que persistem desempenhos negativos na indústria, nas vendas do comércio e no setor de serviços, a recuperação da atividade nos próximos trimestres está condicionada, dentre outros fatores, pela reversão da crise de confiança mencionada e pelos benefícios esperados do ajuste macroeconômico em curso.

## Bahia

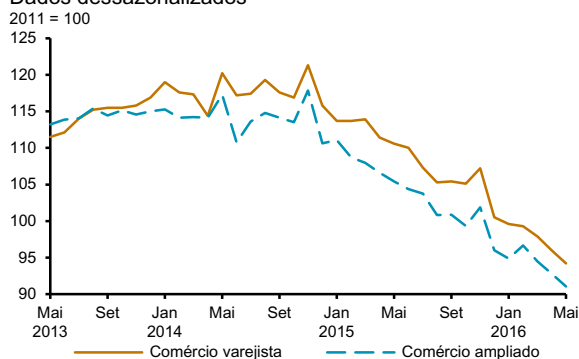
**Gráfico 2.6 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Bahia**

Dados dessazonalizados  
2002 = 100



**Gráfico 2.7 – Comércio varejista – Bahia**

Dados dessazonalizados  
2011 = 100



Fonte: IBGE

**Tabela 2.13 – Comércio varejista – Bahia**

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2015		2016	
	Nov <sup>1/</sup>	Fev <sup>1/</sup>	Mai <sup>1/</sup>	12 meses
Comércio varejista	-1,5	-5,8	-3,8	-11,3
Combustíveis e lubrificantes	-3,0	-7,1	-2,9	-15,2
Híper, supermercados	-0,8	-4,0	-3,2	-8,0
Tecidos, vestuário e calçados	-2,9	-6,0	-4,5	-16,4
Móveis e eletrodomésticos	-0,6	-6,3	-5,8	-15,6
Comércio ampliado	-2,2	-4,8	-3,2	-11,6
Automóveis e motocicletas	-4,3	-1,3	-2,7	-12,8
Material de construção	-4,5	0,1	-5,9	-9,0

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

O PIB da Bahia contraiu 3,7% no primeiro trimestre de 2016, em relação a igual período do ano anterior, de acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Esse desempenho refletiu recuos na agropecuária (6,5%), impactada pela redução da safra de grãos, especialmente soja e algodão; na indústria (5,2%), decorrente de retrações na indústria extrativa (7,1%), na indústria de transformação (2,8%) e na construção civil (6,7%); e no setor de serviços (2,8%), condicionado pelo desempenho negativo das atividades comércio (8,9%) e transportes (10,7%). Considerados dados dessazonalizados, o PIB do estado diminuiu 1,2% em relação ao quarto trimestre de 2015.

Indicadores mais recentes sugerem moderação na retração da atividade econômica do estado. Nesse sentido, o IBCR- BA recuou 0,7% no trimestre finalizado em maio, em relação ao período terminado em fevereiro, quando diminuiu 1,3%, nessa base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados intervalos de doze meses, o indicador decresceu 3,5% em maio (-2,4% em fevereiro).

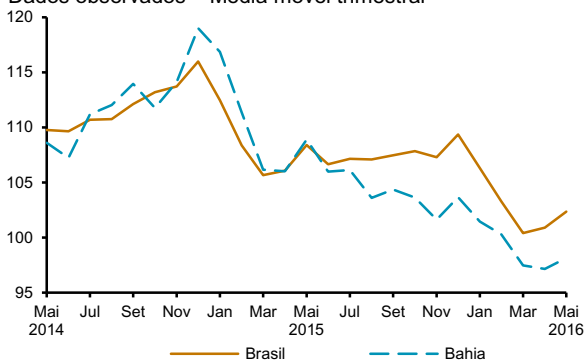
As vendas do comércio ampliado no estado diminuíram 3,2% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando haviam decrescido 4,8%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Houve retrações em nove dos dez segmentos pesquisados (livros, jornais, revistas e papelaria, -27,4%; equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, -8,1%; hipermercados e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, -3,2%). Excluídas os recuos nas vendas de veículos, motos, partes e peças (2,7%) e de material de construção (5,9%), o comércio varejista retraiu 3,8% no trimestre (-5,8% no trimestre encerrado em fevereiro).

Considerados períodos de doze meses, as vendas do comércio ampliado recuaram 11,6% em maio (-10,0% em fevereiro), destacando-se as retrações nos segmentos equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (23,5%), tecidos vestuário e calçados (16,4%), móveis e eletrodomésticos (15,6%), combustíveis e lubrificantes (15,2%) de veículos, motocicletas, partes e peças (12,8%). As vendas do comércio varejista diminuíram 11,3% e 9,0%, respectivamente, nos períodos considerados.

Os emplacamentos de automóveis e comerciais leves na Bahia totalizaram 19,8 mil unidades no segundo trimestre



**Gráfico 2.8 – Volume de serviços**  
Dados observados – Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

**Tabela 2.14 – Volume de serviços – Bahia**

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

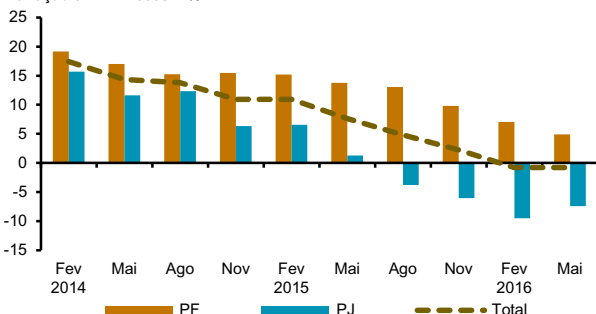
Segmentos	Variação % no período			
	2015 Ano	2016		
		Fev <sup>1/</sup>	Mai <sup>1/</sup>	12 meses
Total	-6,0	-9,9	-9,9	-9,6
Serviços prestados às famílias	-3,9	-1,5	-6,3	-4,4
Serviços de informação e comunicação	-6,0	-6,3	-7,2	-7,1
Serviços profissionais e administrativos	-13,5	-20,4	-9,1	-17,3
Transportes e correio	-0,3	-8,3	-12,1	-6,4
Outros serviços	-17,7	-15,1	-17,5	-21,3

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

**Gráfico 2.9 – Evolução do saldo das operações de crédito – Bahia<sup>1/</sup>**

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

**Tabela 2.15 – Evolução do emprego formal – Bahia**

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) <sup>1/</sup>				
	2015			2016	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	-9,5	-24,2	-20,8	-26,0	-13,9
Indústria de transformação	0,3	-1,2	-4,5	-4,3	-0,3
Comércio	-2,4	-4,0	1,0	-5,0	-7,0
Serviços	-3,9	-8,2	-4,4	-7,1	-5,8
Construção civil	-9,5	-9,3	-3,9	-6,9	-6,9
Agropecuária	5,6	-0,8	-6,6	-3,4	5,6
SIUP	-0,1	-0,3	-0,4	-0,0	-0,2
Outros <sup>2/</sup>	0,5	-0,3	-2,0	0,6	0,6

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

de 2016, contraindo 10,5% em relação ao trimestre anterior, de acordo com dados dessazonalizados da Fenabreve. Considerados intervalos de doze meses, os emplacamentos recuaram 30,4% em junho, em relação a igual intervalo de 2015 (-29,0% em março).

O volume dos serviços não financeiros no estado recuou 2,8% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando havia diminuído 2,0%, neste tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMS divulgada pelo IBGE. O indicador recuou 9,6% em relação a igual período de 2015 (serviços profissionais, administrativos e complementares, -17,3%; outros serviços, -21,3%).

O estoque das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas na Bahia somou R\$110,9 bilhões em maio, recuando 0,4% no trimestre e 0,8% em doze meses. As operações com recursos livres atingiram R\$60,4 bilhões, variando 0,4% no trimestre e -1,2% em doze meses, e as efetuadas com recursos direcionados totalizaram R\$50,6 bilhões, diminuindo 1,4% e 0,3%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação.

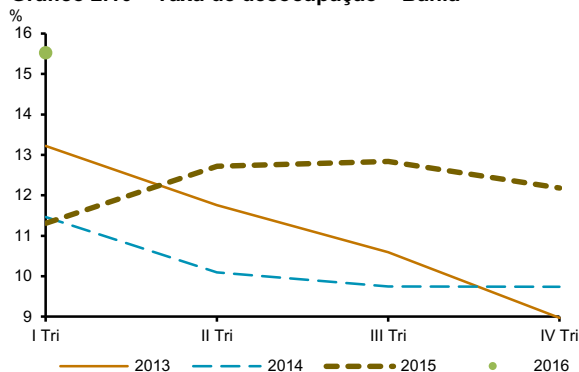
A carteira de pessoas físicas totalizou R\$63,2 bilhões, aumentando 0,1% no trimestre e 4,9% em doze meses, destacando-se, no trimestre, as elevações respectivas de 0,5% e 2,7% nas modalidades financiamento imobiliário e crédito consignado. A carteira de pessoas jurídicas somou R\$47,8 bilhões, recuando 1,0% no trimestre e 7,4% em doze meses, destacando-se, nas duas bases de comparação, os recuos nos financiamentos com recursos do BNDES e nos empréstimos para capital de giro, e o aumento nos financiamentos para exportação.

A taxa de inadimplência dessas operações de crédito atingiu 4,74% em maio, com aumentos de 0,23 p.p. no trimestre e de 0,83 p.p. em doze meses. A trajetória no trimestre repercutiu elevações de 0,13 p.p. no segmento de pessoas físicas e de 0,35 p.p. no de pessoas jurídicas, nos quase o indicador atingiu 5,19% e 4,14%, respectivamente.

Os desembolsos do BNDES para a Bahia totalizaram R\$2,2 bilhões no primeiro semestre do ano (38,9% da região) e R\$5,3 bilhões no intervalo de doze meses encerrado em junho, recuando 24,2% e 13,8% em relação a iguais período de 2015.

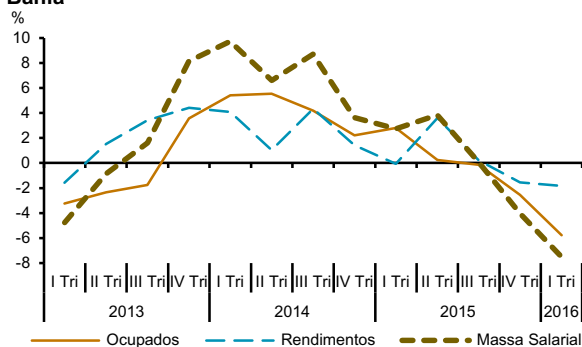
Em contexto de retração da atividade econômica, o mercado de trabalho baiano registrou corte de 13,9 mil

**Gráfico 2.10 – Taxa de desocupação – Bahia**



Fonte: IBGE

**Gráfico 2.11 – Ocupação, rendimento e massa salarial – Bahia**



Fonte: IBGE

**Tabela 2.16 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Bahia<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida <sup>2/</sup>
		2015	Nominal	Juros	Outros <sup>3/</sup>	
Dez	Primário	Juros	Total <sup>4/</sup>	Mar		
Estado da Bahia	15 945	- 259	323	64	- 1 368	14 641
Governo estadual	15 275	- 70	303	233	- 635	14 874
Capital	472	-242	12	-230	-756	-514
Demais municípios	197	54	7	61	23	281

<sup>1/</sup> Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

<sup>2/</sup> A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

<sup>3/</sup> Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

<sup>4/</sup> O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

**Tabela 2.17 – Necessidades de financiamento – Bahia<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2015	2016	2015	2016
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
Estado da Bahia	-3 004	- 259	267	323
Governo estadual	-1 939	- 70	246	303
Capital	- 397	- 242	15	12
Demais municípios	- 668	54	6	7

<sup>1/</sup> Inclui informações do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

postos formais de trabalho no trimestre encerrado em maio (-9,5 mil em igual período de 2015), de acordo com o Caged/MTPS. Destacaram-se os desligamentos líquidos no comércio (7 mil), na construção civil (6,9 mil) e nos serviços (5,8 mil). O estado registrou perda de 84,8 mil empregos formais no intervalo de doze meses encerrado em maio. Na margem, o nível de emprego formal, considerados dados dessazonalizados, recuou 1,1% no trimestre terminado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando decrescera 1,0% na mesma base de comparação.

A taxa de desemprego no estado atingiu 15,5% no primeiro trimestre do ano, ante 11,3% em igual período de 2015, segundo a PNAD Contínua, do IBGE, evolução decorrente de recuos de 5,8% da população ocupada e de 1,1% da força de trabalho. Destacaram-se, no período, as demissões registradas na indústria de transformação (103 mil) e na agricultura (100 mil). O rendimento médio real habitualmente recebido pelos ocupados e a massa salarial real recuaram, na ordem, 1,8% e 7,5%, no período.

As estatísticas fiscais também repercutem o desempenho desfavorável da economia local. Nesse sentido, o *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios da Bahia recuou de R\$3,0 bilhões, no primeiro trimestre de 2015, para R\$258,9 milhões, no período correspondente de 2016. Houve reduções nos *superavits* dos governos do estado (96,4%) e da capital (39,0%), e reversão, de *superavit* de R\$668,4 milhões para *deficit* de R\$53,5 milhões, no resultado primário dos demais municípios.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$323,1 milhões e o resultado nominal, *deficit* de R\$64,1 milhões, no trimestre (R\$267,0 milhões e *superavit* de R\$2,7 bilhões, no primeiro trimestre de 2015).

A dívida líquida do estado, da capital e dos principais municípios baianos atingiu R\$14,6 bilhões no primeiro trimestre de 2016 (25,7% do endividamento do Nordeste). A retração de 8,2% em relação a dezembro de 2015 refletiu diminuição do endividamento dos governos do estado e da capital e aumento na dívida dos demais municípios.

A arrecadação do ICMS atingiu R\$20,5 bilhões no período de doze meses terminado em maio, segundo a Cotepe, do Ministério da Fazenda, contraindo 4,5% em termos reais, em relação a igual período de 2015 (IGP-DI como deflator). As transferências da União, incluídos os recursos do FPE e do FPM, somaram R\$12,6 bilhões no

**Tabela 2.18 – Produção agrícola – Bahia**  
Itens selecionados

Discriminação	Peso <sup>1/</sup>	Em mil toneladas		Variação % 2015/2016
		Produção		
		2015	2016 <sup>2/</sup>	
Grãos	48,4	8 738	6 444	-26,3
Soja	19,2	4 507	3 142	-30,3
Algodão herbáceo	19,0	730	574	-21,4
Milho	7,0	2 806	2 195	-21,8
Feijão	2,6	436	326	-25,1
Outros grãos <sup>3/</sup>	0,6	259	206	-20,2
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	6,5	5 839	6 075	4,0
Café	5,7	218	224	2,9
Cacau	5,4	136	136	0,4
Banana	4,9	995	983	-1,2
Mandioca	4,5	1 854	2 096	13,0

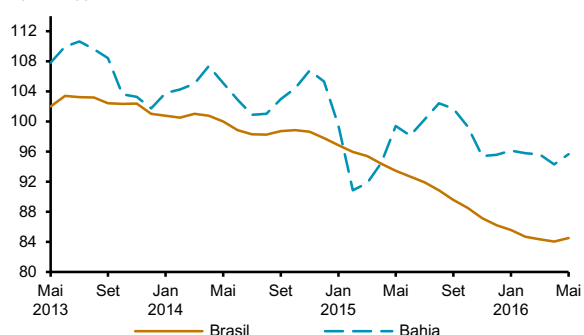
Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014.

2/ Segundo o LSPA de junho de 2016.

3/ Amendoim, arroz, mamona e sorgo.

**Gráfico 2.12 – Produção industrial – Bahia**  
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral  
2012 = 100



Fonte: IBGE

**Tabela 2.19 – Produção industrial – Bahia**  
Geral e setores selecionados

Setores	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % no período		
		2016		Acumulado em 12 meses
		Fev <sup>2/</sup>	Mai <sup>2/</sup>	
Indústria geral	100,0	0,4	-0,1	-2,1
Indústrias extrativas	5,9	-5,7	-11,3	-13,7
Indústrias de transformação	94,1	2,1	-0,6	-1,3
Deriv. petróleo e biocomb.	28,5	-3,9	-7,1	1,4
Outros produtos químicos	16,1	0,3	4,0	-1,3
Veículos, reb. e carrocerias	10,7	12,6	-5,2	-14,7
Metalurgia	8,2	8,4	3,4	11,4
Produtos alimentícios	8,1	-2,9	-0,9	0,1
Celulose e prod. papel	7,4	7,2	3,0	2,2

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

período, conforme a STN, com recuo real de 6,3%, na mesma base comparação.

A safra de grãos baiana deverá totalizar 6,4 milhões de toneladas em 2016, recuando 26,3% em relação a 2015, de acordo com o LSPA de junho, do IBGE. Essa projeção reflete estimativas de reduções para as produções de soja (30,3%), feijão (25,1%), milho (21,8%) e algodão (21,4%). Em relação às demais lavouras, estão projetadas variações para as safras de mandioca (13,0%), cana-de-açúcar (4,0), café (2,9%), coco-da-baía (-11,6%) e banana (-1,2%).

A produção da indústria na Bahia recuou 0,1% no trimestre terminado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando crescera 0,4%, na mesma base de comparação, segundo estatísticas dessazonalizadas da PIM-PF do IBGE. Esse desempenho repercutiu diminuições de 11,3% na indústria extrativa, impactada pelo desempenho negativo do setor petrolífero, e de 0,6% na indústria de transformação (coque, produtos derivados de petróleo e biocombustíveis, -7,1%; veículos automotores, -5,2%; metalurgia, 3,4%; produtos químicos, 4,0%).

Considerados intervalos de doze meses, a produção industrial do estado recuou 2,1% em maio, comparativamente a igual período de 2015 (-2,8% em fevereiro). Houve retração de 13,7% na indústria extrativa e de 1,3% na de transformação (equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, -40,7%; veículos automotores, -14,7%).

O Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (Iceb), divulgado pela SEI, atingiu -346 pontos em junho, ante -509 pontos em março e -454 pontos em junho de 2015, mantendo-se, contudo, na área de pessimismo. A evolução trimestral do Iceb repercutiu aumentos na confiança dos empresários dos serviços (190 pontos), do comércio (132 pontos) e da indústria (154 pontos). O indicador relacionado ao empresário da agropecuária recuou 37 pontos no período.

A balança comercial da Bahia apresentou *superavit* de US\$323 milhões no primeiro semestre do ano (*deficit* de US\$1,1 bilhão no mesmo período de 2015). As exportações somaram US\$3,4 bilhões e as importações, US\$3,1 bilhões, recuando 3,1% e 32,9%, respectivamente, em relação ao primeiro semestre de 2015.

O desempenho das exportações repercutiu diminuição de 19,2% nos preços e aumento de 19,9% no *quantum*. As vendas de produtos manufaturados (38,9%

**Tabela 2.20 – Exportação por fator agregado – FOB**  
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Bahia		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	3 527	3 417	-3,1	-4,3
Básicos	869	813	-6,4	-6,3
Industrializados	2 658	2 604	-2,0	-2,5
Semimanufaturados	1 210	1 276	5,4	0,1
Manufaturados <sup>1/</sup>	1 448	1 328	-8,3	-3,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

**Tabela 2.21 – Importação por grandes categorias econômicas – FOB**

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Bahia		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	4 612	3 094	-32,9	-27,7
Bens de capital	461	322	-30,2	-18,6
Bens Intermediários	2 751	2 094	-23,9	-25,6
Bens de consumo	479	215	-55,1	-26,4
Duráveis	425	180	-57,7	-47,6
Automóveis de passageiros	362	152	-58,0	-51,2
Semiduráveis e não duráveis	54	35	-34,3	-17,9
Combustíveis e lubrificantes	922	462	-49,9	-48,0
Petróleo	110	21	-80,5	-47,0
Demais	812	441	-45,7	-48,4
Bens não especificados	0	0	-	29,1

Fonte: MDIC/Secex

**Tabela 2.22 – IPCA – Salvador**

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Variação %			
		2015	2016		
		Ano	I Tri	II Tri	12 meses
IPCA	100,00	9,86	2,98	1,79	8,78
Livres	77,83	9,07	3,49	1,40	9,18
Comercializáveis	37,81	8,03	3,64	1,00	9,57
Não comercializáveis	40,02	10,07	3,35	1,77	8,81
Monitorados	22,17	12,73	1,18	3,19	7,40
Principais itens					
Alimentação	29,65	13,68	6,80	1,94	14,83
Habitação	14,03	11,58	0,08	3,79	7,15
Artigos de residência	4,41	2,80	1,07	1,43	4,15
Vestuário	6,62	3,79	0,90	1,24	5,40
Transportes	18,41	8,80	1,15	-1,24	3,24
Saúde	10,38	8,56	2,91	5,06	12,06
Despesas pessoais	8,26	11,02	1,95	1,61	7,89
Educação	4,49	9,33	7,31	0,55	8,79
Comunicação	3,75	3,54	-2,06	2,64	3,06

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2016.

do total) recuaram 8,3% (óleos combustíveis, -44,8%; hidrocarbonetos, -36,7%) e as de produtos básicos, 6,4% (soja mesmo triturada, -13,5%; café, -46,0%), enquanto as de produtos semimanufaturados aumentaram 5,4% (catodos de cobre, 58,7%). As vendas direcionadas à China, EUA e Argentina representaram, em conjunto, 50,6% do total exportado pelo estado no semestre, impulsionadas pela aquisição de catodos de cobre pela China (US\$329 milhões).

O recuo das importações refletiu diminuições de 20,4% nos preços e de 15,8% no *quantum*. Houve retração em todas as grandes categorias econômicas: bens intermediários (67,7% do total), 23,9% (naftas, -28,1%); combustíveis e lubrificantes (14,9% da pauta), 49,9% (petróleo em bruto, -80,5%); bens de capital, 30,2% (motores e geradores elétricos, -52,2%; veículos de carga, -41,0%); bens de consumo duráveis, 57,7% (automóveis de passageiros, -58,0%); e bens de consumo semiduráveis e não duráveis, 34,3% (bacalhaus e outros peixes secos, -97,2%). As importações provenientes da Argélia, Argentina, EUA e Chile representaram, em conjunto, 43,1% das aquisições baianas no primeiro semestre de 2016, destacando-se as reduções nas compras de naftas da Argélia (US\$138 milhões), de petróleo em bruto da Guiné Equatorial (US\$110 milhões), de veículos de carga da Argentina (US\$98 milhões) e de automóveis da Argentina e México (US\$96 milhões de cada país).

O IPCA na Região Metropolitana de Salvador (RMS) variou 1,79% no segundo trimestre de 2016, ante 2,98% no primeiro, de acordo com o IBGE. Os preços livres desaceleraram, de 3,49% para 1,40%, e os monitorados aceleraram, de 1,18% para 3,19%, repercutindo a elevação nos itens energia elétrica residencial, 10,81%; taxa de água e esgoto, 7,98%; e plano de saúde, 3,21%. A trajetória dos preços livres refletiu desacelerações nos preços dos bens comercializáveis, de 3,64% para 1,00% (etanol, -11,25%; frango inteiro, -5,38%; carnes, -3,8%; leite longa vida, 15,25%), e dos não comercializáveis, de 3,35% para 1,77% (tubérculos, raízes e legumes, -19,97%; passagem aérea, -4,98%; feijão carioca, 78,08%; farinha de mandioca, 12,72%). O índice de difusão situou-se em 59,4% no segundo trimestre (78,0% no primeiro trimestre e 68,5% no segundo trimestre de 2015).

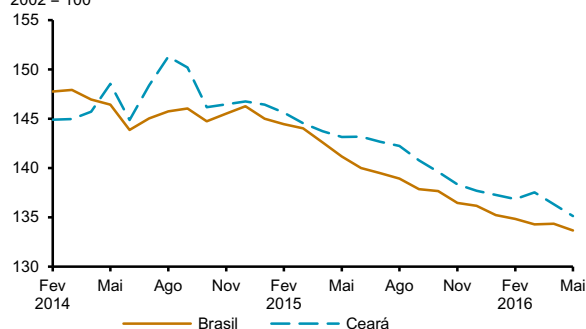
Considerados períodos de doze meses, o IPCA da RMS variou 8,78% em junho (9,37% em março). Os preços livres variaram 9,18%, refletindo aumentos nos preços dos bens comercializáveis, 9,57% (açúcares e derivados, 58,03%; leite longa vida, 34,30%; cigarro, 20,59%) e dos

não comercializáveis, 8,81% (feijão carioca, 127,89%; farinha de mandioca, 62,42%; alimentação fora do domicílio, 10,24%). Os preços monitorados cresceram 9,38% no período, evidenciando, em especial, as variações nos itens plano de saúde (13,98%), gás de botijão (17,25%), taxa de água e esgoto (10,73%) e ônibus urbano (10,07%).

A evolução dos principais indicadores da economia baiana indica a continuidade do processo de retração – mais moderado na margem – da atividade no estado. Essa trajetória é consistente com o cenário de distensão no mercado de trabalho, de arrefecimento das operações de crédito e de perspectivas desfavoráveis para a produção agrícola. Nesse contexto, atenuado pela melhora dos resultados da balança comercial – favorecida pela trajetória da taxa de câmbio e pela retomada, ainda que modesta, da atividade em importantes mercados de destino das exportações do estado –, as perspectivas para a economia baiana nos próximos trimestres seguem condicionadas pelos impactos do ajuste macroeconômico em curso sobre a recuperação da confiança dos agentes.

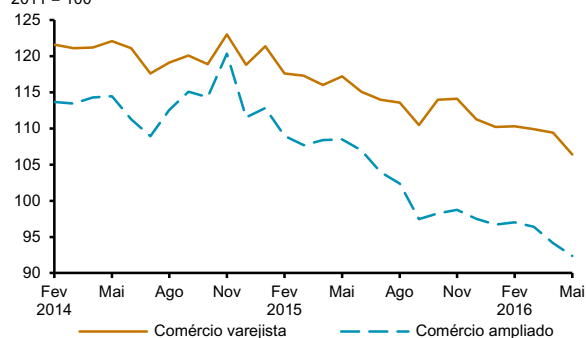
**Gráfico 2.13 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Ceará**

Dados dessazonalizados  
2002 = 100



**Gráfico 2.14 – Comércio varejista – Ceará**

Dados dessazonalizados  
2011 = 100



Fonte: IBGE

**Tabela 2.23 – Comércio varejista – Ceará**

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período		
	2016		
	Fev <sup>1/</sup>	Mai <sup>1/</sup>	12 meses
Comércio varejista	-2,0	-1,8	-6,0
Combustíveis e lubrificantes	-4,0	2,6	-5,1
Hiper e supermercados	-0,6	-1,3	-4,5
Móveis e eletrodomésticos	-4,7	-2,0	-15,0
Equip.e mat. para esc.,inf. e comunicação	-24,0	27,8	-22,0
Comércio ampliado	-1,1	-2,9	-11,5
Automóveis e motocicletas	-1,3	-2,7	-22,4
Material de construção	-1,5	-8,3	-19,7

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

**Tabela 2.24 – Volume de serviços – Ceará**

Serviços empres. não financeiros, exceto saúde e educação

Segmentos	Variação %		
	2016		
	Fev <sup>1/</sup>	Mai <sup>1/</sup>	12 meses
Total	-3,2	0,4	-2,9
Serviços prestados às famílias	-9,4	-5,5	-5,0
Serviços de informação e comunicação	0,6	-2,1	-2,7
Serviços profissionais e administrativos	-6,2	9,5	-0,9
Transportes e correio	-4,9	-7,9	-9,5
Outros serviços	10,6	2,6	10,3

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

## Ceará

O PIB do Ceará recuou 5,5% no primeiro trimestre de 2016, em comparação ao quarto trimestre de 2015, segundo estatísticas dessazonalizadas do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece). Indicadores divulgados mais recentemente indicam continuidade, mas em ritmo mais moderado, do processo de contração da atividade econômica no estado. Nesse sentido, o IBCR-CE, repercutindo, em especial, resultados mais favoráveis da indústria, recuou 0,7% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando havia retraído 1,7%, na mesma base de comparação, dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 4,9% em maio (-4,1% em fevereiro).

As vendas do comércio ampliado no estado diminuíram 2,9% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando diminuíram 1,1%, neste tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Houve recuos em oito dos dez segmentos pesquisados (livros, jornais, revistas e papelaria, -33,6%; material de construção, -8,3%). Excluídas as contrações nas vendas de veículos, motocicletas, partes e peças (2,7%) e de material de construção, o comércio varejista retraiu 1,8% no período (-2,0% no trimestre terminado em fevereiro).

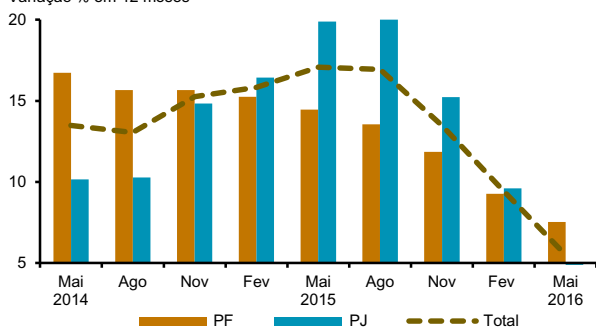
Considerados períodos de doze meses, as vendas do comércio ampliado diminuíram 11,5% em maio, ante retração de 9,5% em fevereiro (veículos, motocicletas, partes e peças, -22,4%; equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, -22,0%).

Os emplacamentos de automóveis e comerciais leves no estado, indicativo de vendas de veículos novos, recuaram 28,8% no trimestre finalizado em junho, em relação a igual período de 2015, de acordo a Fenabreve. O indicador retraiu 31,2% no primeiro semestre do ano, em relação a igual intervalo de 2015.

O volume de serviços não financeiros no Ceará diminuiu 0,9% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando aumentara 0,3%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMS do IBGE. Em doze meses, o indicador retraiu 2,9% em maio (transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, -9,5%; serviços prestados às famílias, -5,0%).

**Gráfico 2.15 – Evolução do saldo das operações de crédito – Ceará<sup>1/</sup>**

Variação % em 12 meses



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas no estado atingiu R\$64,6 bilhões em maio, aumentando 0,1% no trimestre e 5,5% em doze meses. As operações realizadas com recursos livres totalizaram R\$33,2 bilhões, variando -0,6% e 0,6%, respectivamente, e as contratadas com recursos direcionados atingiram R\$31,4 bilhões, elevando-se 0,9% no trimestre e 11,2% em doze meses.

A carteira de pessoas jurídicas atingiu R\$31,1 bilhões em maio, variando -1,1% no trimestre e 3,4% em doze meses, ressaltando-se as contratações da indústria de transformação e do setor de serviços industriais de utilidade pública. A carteira de pessoas físicas somou R\$33,5 bilhões, crescendo, na ordem, 1,3% e 7,5% nos períodos mencionados, com destaque para as modalidades de financiamentos de veículos e de crédito consignado.

A inadimplência dessas operações de crédito situou-se em 4,3% em maio, aumentando 0,11 p.p. no trimestre e 1,24 p.p. em doze meses. O desempenho no trimestre repercutiu aumentos de 0,09 p.p. no segmento de pessoas físicas e de 0,15 p.p. no de pessoas jurídicas, nos quais a inadimplência atingiu, na ordem, 4,7% e 3,7%.

**Tabela 2.25 – Evolução do emprego formal – Ceará**

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) <sup>1/</sup>				
	2015			2016	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	-5,6	-1,3	-10,2	-22,4	-9,9
Indústria de transformação	-4,3	-3,2	-4,9	-7,6	-2,3
Serviços industriais de util. pública	0,1	-0,2	-0,1	-0,4	-0,7
Construção civil	-0,4	0,9	-6,9	-4,9	-2,7
Comércio	-0,2	-1,4	1,4	-4,3	-3,1
Serviços	-0,1	-0,4	-1,0	-2,1	-0,4
Agropecuária	-0,7	2,8	1,4	-3,0	-0,6
Outros <sup>2/</sup>	0,0	0,2	-0,1	-0,1	-0,1

Fonte: MTPS

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

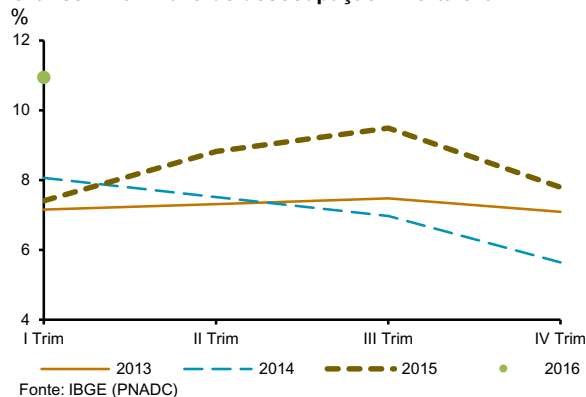
2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

Os desembolsos do BNDES para o Ceará totalizaram R\$974,9 milhões no primeiro semestre do ano, diminuindo 45,5% em relação a igual período de 2015. Considerados intervalos de doze meses, os desembolsos recuaram 9,9% em junho.

A moderação na atividade econômica tem impactado o mercado de trabalho cearense, que registrou a eliminação de 9,9 mil postos de trabalho formais no trimestre encerrado em maio (-5,6 mil em igual período do ano anterior), de acordo com o Caged/MTPS. Destacaram-se os cortes no comércio (3,1 mil) e na indústria de transformação (2,3 mil). O nível de emprego formal no estado, considerados dados dessazonalizados, recuou 0,7% no trimestre até maio (-1,1% no encerrado em fevereiro).

A taxa de desemprego no Ceará atingiu, segundo a PNAD Contínua, do IBGE, 10,8% no primeiro trimestre de 2016, ante 8,0% em igual intervalo de 2015, repercutindo variações de -2,4% da população ocupada e de 0,6% da força de trabalho. O rendimento médio real habitualmente recebido pelos ocupados variou 1,1% e a massa salarial, -0,2%, no período.

**Gráfico 2.16 – Taxa de desocupação – Fortaleza**



Fonte: IBGE (PNADC)

**Tabela 2.26 – Necessidades de financiamento – Ceará<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2015 Jan-mar	2016 Jan-mar	2015 Jan-mar	2016 Jan-mar
CE	-906	-481	122	135
Governo estadual	-387	-123	129	152
Capital	-23	-219	4	-1
Demais municípios	-497	-138	-11	-16

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

**Tabela 2.27 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Ceará<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida <sup>2/</sup>
		2015	Nominal		Outros <sup>4/</sup>	
	Dez	Primário	Juros	Total <sup>3/</sup>		Mar
CE	8 000	- 481	135	- 346	- 621	7 033
Governo estadual	8 618	- 123	152	28	- 538	8 108
Capital	507	- 219	- 1	- 220	- 84	204
Demais municípios	-1 125	- 138	- 16	- 154	0	-1 279

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

**Tabela 2.28 – Produção agrícola – Ceará**

Itens selecionados

Discriminação	Em mil toneladas			
	Peso <sup>1/</sup> (%)	Produção <sup>2/</sup>		Var. % 2016/2015
		2015	2016	
Produção de grãos		225,0	326,4	45,1
Milho	10,0	130,9	210,5	60,8
Feijão	9,9	67,4	88,2	31,0
Arroz (em casca)	1,4	24,6	24,8	0,8
Outras lavouras selecionadas				
Banana	16,1	385,0	468,2	21,6
Mandioca	8,7	358,9	539,2	50,3
Castanha-de-caju	5,0	52,1	148,6	185,1

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2016.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Ceará atingiu R\$481 milhões no primeiro trimestre de 2016, ante R\$906 milhões em igual período de 2015. Houve reduções nos *superavits* dos governos do estado (68,1%) e dos demais municípios (72,2%), e aumento, de R\$23 milhões para R\$219 milhões, no da capital.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$135 milhões no trimestre e o *superavit* nominal, R\$346 milhões (R\$122 milhões e *superavit* de R\$785 milhões, respectivamente, em 2015).

A dívida líquida do estado, da capital e dos principais municípios do estado atingiu R\$7 bilhões em março de 2016, reduzindo-se 12,1% em comparação a dezembro de 2015. A participação do Ceará no endividamento regional recuou 0,4 p.p., para 12,4%, no período.

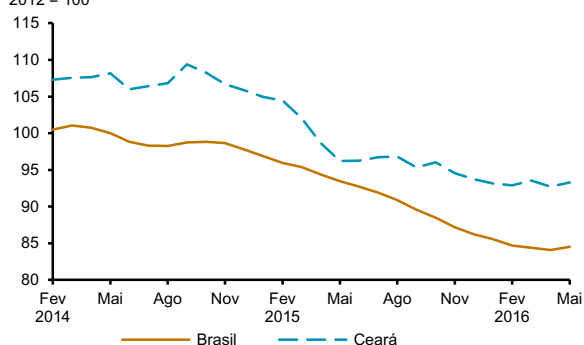
A arrecadação do ICMS atingiu R\$10,6 bilhões no período de doze meses terminado em maio, segundo a Cotepe, do Ministério da Fazenda, contraindo 5,1% em termos reais, em relação a igual período de 2015 (IGP-DI como deflator). As transferências da União, incluídos os recursos do FPE e do FPM, somaram R\$10,3 bilhões no período, conforme a STN, com recuo real de 6,7%, na mesma base comparação.

A safra de grãos do Ceará deverá totalizar 326,4 mil toneladas em 2016, elevando-se 45,1% no ano, de acordo com o LSPA de junho do IBGE. A estimativa repercute projeções de aumentos para as safras de milho (60,8%) e de feijão (31,0%), que deverão representar 91,5% da produção total de grãos do estado no ano. A colheita de arroz deverá crescer 0,8%. Dentre as demais culturas, destaquem-se os aumentos estimados para as produções de castanha-de-caju (185,1%), mandioca (50,3%) e banana (21,6%). Ressalte-se que a projeção favorável para o crescimento da produção agrícola do estado em 2016, reflete, em especial, a distribuição temporal e espacial adequada das chuvas no ano, e a base de comparação deprimida.

A produção industrial do Ceará cresceu 0,4% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando recuara 1,7%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com estatísticas dessazonalizadas da PIM-PF do IBGE (produtos têxteis, 14,9%; coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, 12,8%; produtos de metal, -17,5%).



**Gráfico 2.17 – Produção industrial – Ceará**  
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral  
2012 = 100



Fonte: IBGE

**Tabela 2.29 – Produção industrial – Ceará**

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % no período		
		2016		
		Fev <sup>2/</sup>	Mai <sup>2/</sup>	12 meses
Indústria geral	100,0	-1,7	0,4	-8,5
Artefatos de couro e calçados	26,7	1,0	0,5	-10,9
Produtos alimentícios	16,9	-4,1	3,5	-7,5
Art. vestuário e acessórios	11,8	-12,4	1,8	-7,9
Bebidas	11,0	-7,3	-1,1	-6,1

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Considerados períodos de doze meses, a produção industrial do estado recuou 8,5% em maio, ante decréscimo de 10,1% em fevereiro (produtos têxteis, -21,1%; produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, -16,9%).

O faturamento real da indústria de transformação cearense diminuiu 1,7% no período de doze meses encerrado em maio, em relação a igual período de 2015, de acordo com o Núcleo de Economia e Estratégia da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec). Na mesma base de comparação, houve redução no pessoal empregado (9,6%), na remuneração real (11,4%) e nas horas trabalhadas (13,8%). O Nuci médio atingiu 79,4% no trimestre encerrado em maio, ante 79,7% no terminado em fevereiro e 81,4% em igual período de 2015.

A balança comercial do Ceará registrou *deficit* de US\$1,7 bilhão no primeiro semestre do ano, ante US\$1,2 bilhão em igual intervalo em 2015, segundo estatísticas do MDIC. As exportações totalizaram US\$472,7 milhões e as importações, US\$2.175,3 milhões, variando -1,6% e 33,1%, respectivamente, no período.

O desempenho das exportações resultou de variações de -9,3% nos preços e de 8,5% no *quantum*. Houve retrações nas vendas de produtos manufaturados, 1,5% (óleos lubrificantes, -72,6%); e de semimanufaturados, 14,3% (couros e peles, depilados, exceto em bruto, -13,4%; ceras vegetais, -20,6%), e aumento de 16,0% nas de produtos básicos (peixes congelados, frescos ou refrigerados, 367,4%; castanha-de-caju, 19,0%). EUA, Argentina, Alemanha, Hungria e Holanda adquiriram, em conjunto, 55,3% das vendas externas do Ceará no semestre. Destacaram-se os recuos nos embarques de óleos combustíveis, para as Antilhas Holandesas; de couros e peles, para Itália e China; e de ceras vegetais, para os EUA.

A evolução das importações repercutiu variações de -23,1% nos preços e de 73,1% no *quantum*. Destaque para o crescimento de 940,1% nas aquisições de bens de capital, concentradas em fornos industriais ou de laboratório, não elétricos; aquecedores, secadores e aparelhos semelhantes, partes e peças; centrifugadores e aparelhos para filtrar ou depurar, provenientes da Coreia do Sul, destinadas à conclusão da montagem das principais plantas que compõem a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP).

As aquisições relacionadas às demais grandes categorias econômicas recuaram no semestre: combustíveis e lubrificantes, 64,6% (gás natural liquefeito, -74%); bens

**Tabela 2.30 – Exportação por fator agregado – FOB**  
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Ceará		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	480	473	-1,6	-4,3
Básicos	95	110	16,0	-6,3
Industrializados	385	363	-5,9	-2,5
Semimanufaturados	132	113	-14,3	0,1
Manufaturados <sup>1/</sup>	253	249	-1,5	-3,4

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

**Tabela 2.31 – Importação por grandes categorias econômicas – FOB**

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Ceará		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	1 634	2 175	33,1	-27,7
Bens de capital	133	1 385	940,1	-18,6
Bens Intermediários	694	495	-28,7	-25,6
Bens de consumo	63	32	-49,0	-26,4
Duráveis	9	4	-52,7	-47,6
Automóveis de passageiros	0	0	...	-51,2
Semiduráveis e não duráveis	54	28	-48,3	-17,9
Combustíveis e lubrificantes	744	264	-64,6	-48,0
Petróleo	0	0	...	-47,0
Demais	744	264	-64,6	-48,4
Bens não especificados	0	0	...	29,1

Fonte: MDIC/Secex

**Tabela 2.32 – IPCA – Fortaleza**

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Variação %			
		2015	2016		12 meses
		Ano	I Tri	II Tri	
IPCA	100,0	11,43	3,00	2,35	10,37
Livres	78,9	9,64	3,60	1,78	9,88
Comercializáveis	41,9	8,42	3,04	1,62	9,96
Não comercializáveis	37,0	11,10	4,29	1,96	9,85
Monitorados	21,1	18,58	0,71	4,52	12,13
Principais itens					
Alimentação	33,3	12,92	5,35	1,72	12,79
Habitação	14,1	14,78	0,22	4,45	8,07
Artigos de residência	4,3	7,15	1,04	2,87	8,64
Vestuário	6,5	2,14	-0,19	2,60	4,53
Transportes	15,6	13,81	1,81	0,96	10,86
Saúde	9,7	9,87	2,90	4,82	13,41
Despesas pessoais	9,3	13,17	3,82	2,32	10,18
Educação	4,3	8,48	6,02	1,02	9,17
Comunicação	3,0	2,08	0,54	-0,16	2,02

Fonte: IBGE

1/ Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

de consumo duráveis, 52,7% (aparelhos eletromecânicos ou térmicos, de uso doméstico, -88,3%); bens de consumo semiduráveis e não-duráveis, 48,3% (lustres e aparelhos de iluminação elétrica de metal comum, para teto/parede, -98,8%); e bens intermediários, 28,7% (produtos laminados planos de ferro ou de aços, -98,7%). As importações provenientes da Coreia do Sul, em especial de equipamentos para CSP, representaram 47,0% das compras externas do Ceará no semestre, seguindo-se as participações das aquisições originárias da China (12,8%) e da Alemanha (7,9%).

O IPCA da região metropolitana de Fortaleza variou 2,35% no trimestre finalizado em junho, ante 3,00% no terminado em março, evolução decorrente de desaceleração dos preços livres, de 3,60% para 1,78%, e aceleração dos monitorados, de 0,71% para 4,52%. A trajetória dos preços livres refletiu recuos nas variações dos preços dos bens não comercializáveis, de 4,29% para 1,96% (feijões, 19,80%; farinha de mandioca, 12,13%; frutas, 8,77%; tubérculos, raízes e legumes, -14,04%; passagem aérea; -14,72%), e dos bens comercializáveis, de 3,04% para 1,62% (sal e condimentos, 7,59%; leite e derivados, 5,90%; etanol, -0,40%; frango inteiro, -6,18%).

A aceleração dos preços monitorados foi condicionada, em parte, pelo impacto dos aumentos nos itens taxa de água e esgoto (12,02%), produtos farmacêuticos (11,44%) e tarifas de táxi (7,50%), mitigado pela redução de 5,10% nas tarifas de ônibus interestadual. O índice de difusão do IPCA situou-se em 62,22% no trimestre encerrado em junho (61,94% no primeiro trimestre de 2016).

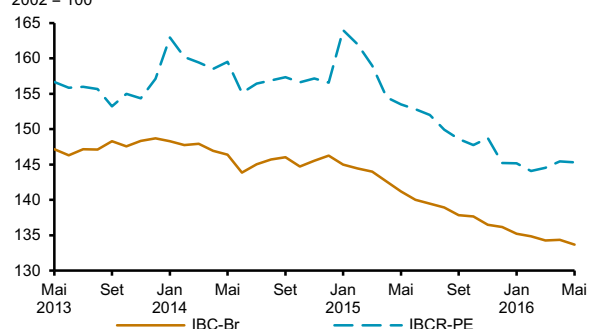
Considerados intervalos de doze meses, a variação do IPCA da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) atingiu 10,36% em junho, ante 10,88% em março, redução decorrente de desaceleração dos preços livres, de 10,59% para 9,88%, e aceleração dos monitorados, de 11,91% para 12,13% (taxa de água e esgoto, 21,52%; gás de botijão, 20,20%; gasolina, 17,85%; ônibus urbano, 14,59%). A redução na variação dos preços livres refletiu desacelerações dos preços dos bens comercializáveis, de 10,31% para 9,96% (açúcares e derivados, 42,24%; sal e condimentos, 38,67%; etanol, 24,06%; farinha de arroz, -3,32%), e dos não comercializáveis, de 10,25% para 9,85% (feijões, 55,57%; frutas, 32,69%; alimentação fora do domicílio, 10,62%; tubérculos, raízes e legumes, -11,49%; passagem aérea, -29,59%).

A evolução recente dos indicadores econômicos do Ceará sugere persistência, em ritmo mais moderado, da retração da atividade econômica no estado, ressaltando-se que os resultados desfavoráveis registrados no comércio e no setor de serviços foram parcialmente neutralizados pelo desempenho da indústria e da atividade agropecuária. Contudo, a maturação de empreendimentos privados realizados no estado nos últimos anos e as perspectivas de reversão da crise de confiança dos agentes econômicos deverão favorecer a evolução da economia cearense nos próximos trimestres.

## Pernambuco

**Gráfico 2.18 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Pernambuco**

Dados dessazonalizados  
2002 = 100



**Tabela 2.33 – Comércio varejista – Pernambuco**

Geral e setores selecionados

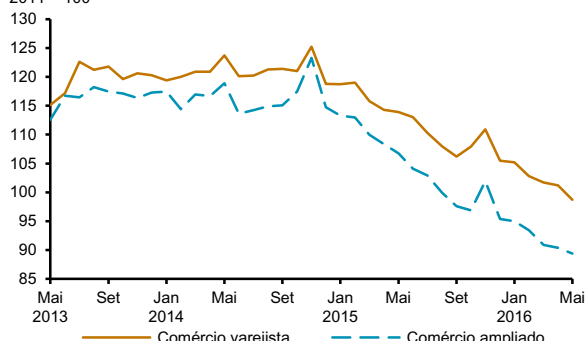
Setores	Variação % no período			
	2015	2016		
		Ano	Fev <sup>1/</sup>	Mai <sup>1/</sup>
Comércio varejista	-7,7	-3,5	-3,8	-10,7
Combustíveis e lubrificantes	0,0	0,6	-5,0	-12,0
Hiper e supermercados	-7,7	-1,2	-5,2	-10,7
Tecidos, vestuário e calçados	-13,8	-3,1	-2,1	-17,3
Móveis e eletrodomésticos	-19,3	-15,3	-4,8	-25,6
Comércio ampliado	-10,8	-4,2	-4,6	-14,7
Automóveis e motocicletas	-18,9	-6,2	-3,8	-24,8
Material de construção	-9,2	-2,5	-5,7	-14,3

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

**Gráfico 2.19 – Comércio varejista – Pernambuco**

Dados dessazonalizados  
2011 = 100



Fonte: IBGE

O PIB de Pernambuco retraiu 2,4% no primeiro trimestre de 2016, em relação ao quarto trimestre de 2015, de acordo com dados dessazonalizados da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/Fidem). Houve recuos no setor primário (7,3%), impactado por condições climáticas adversas; no setor secundário (3,6%), em especial nas indústrias de alimentos e naval; e no setor terciário (1,4%). Indicadores divulgados mais recentemente sugerem continuidade do processo de retração da atividade no estado, ressaltando-se que o desempenho favorável registrado pela indústria no trimestre encerrado em maio, com desdobramentos sobre a evolução do IBCR-PE, repercutiu, em especial, a base de comparação deprimida, em razão de alteração no padrão sazonal do refino de açúcar<sup>1</sup>. Nesse cenário, o IBCR-PE variou 0,2% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando havia diminuído 2,4%, nessa base de comparação, considerados dados dessazonalizados.

As vendas do comércio ampliado no estado diminuíram 4,6% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando declinaram 4,2%, na mesma base de comparação, conforme dados dessazonalizados da PMC/IBGE. Destacaram-se as retrações nos segmentos material de construção (5,7%), hiper e supermercados (5,2%) e combustíveis e lubrificantes (5,0%). Excluídas as variações nas vendas de material de construção e de veículos, motos, partes e peças (-3,8%), o comércio varejista do estado retraiu 3,8% no período (-3,5% no trimestre encerrado em fevereiro).

Em doze meses, as vendas do comércio ampliado retraíram 14,7% em maio (12,5% em fevereiro). Excluídas as retrações nos segmentos veículos, motos partes e peças (24,8%) e material de construção (14,3%), o comércio varejista contraiu 10,7% no período (-9,2% em fevereiro).

Os emplacamentos de automóveis e comerciais leves aumentaram 18,9% no trimestre encerrado em junho, em relação ao finalizado em março, quando retraíram 13,2%, interrompendo série de cinco recuos trimestrais consecutivos, na mesma base de comparação, segundo estatísticas dessazonalizadas da Fenabrave. Em doze meses, os emplacamentos somaram 62,5 mil unidades, menor patamar, nesse tipo de comparação, desde setembro de 2007.

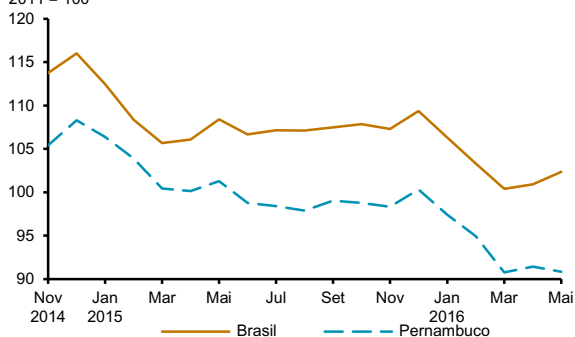
1/ O excesso de chuvas nas regiões produtoras de cana-de-açúcar na segunda metade de 2015, sob influência do fenômeno El Niño, prejudicou a safra daquele ano e estimulou a antecipação da moagem da cana e do refino do açúcar para os meses finais de 2015, contribuindo para a retração de 24,8% na produção de alimentos – atividade com maior representatividade na indústria local –, assinalada no trimestre encerrado em fevereiro de 2016.

**Tabela 2.34 – Volume de serviços – Pernambuco**

Segmentos	Var. %			
	2015		2016	
	Ano	Fev <sup>1/</sup>	Mai <sup>1/</sup>	12 meses
Total	-5,5	-8,6	-10,3	-7,9
Serviços prestados às famílias	-4,8	-5,5	1,5	-2,8
Serviços de informação e comunicação	-6,9	-7,3	-9,0	-8,3
Serviços profissionais e administrativos	-8,0	-19,0	-21,8	-15,4
Transportes e correio	-1,9	-0,4	-3,7	-1,8
Outros serviços	-4,5	-13,4	-14,0	-10,0

Fonte: IBGE

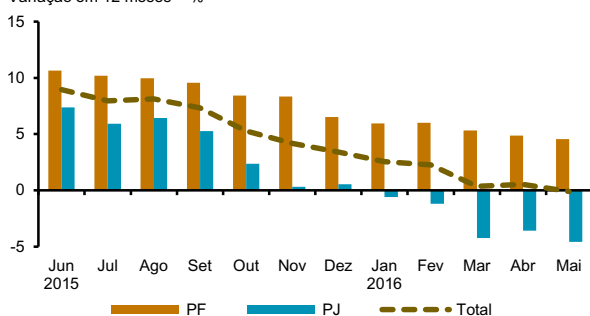
1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

**Gráfico 2.20 – Volume de serviços**Dados observados – Média móvel trimestral  
2011 = 100

Fonte: IBGE

**Gráfico 2.21 – Evolução do saldo das operações de crédito – Pernambuco<sup>1/</sup>**

Variação em 12 meses – %



O volume do setor de serviços diminuiu 10,3% no trimestre finalizado em maio, comparativamente ao terminado em fevereiro, de acordo com dados dessazonalizados da PMS do IBGE. O indicador retraiu 7,9% em relação a igual trimestre de 2015 (serviços profissionais e administrativos, -15,4%; outros serviços, -10,0%; serviços de informação e comunicação, -8,3%).

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas em Pernambuco somou R\$72,6 bilhões em maio, recuando 1,9% no trimestre e 0,1% em doze meses. O estoque de crédito com recursos livres atingiu R\$37,9 bilhões, recuando 2,4% e 3,6%, respectivamente, nos períodos mencionados. As operações com recursos direcionados totalizaram R\$34,7 bilhões, com variações de -1,2% no trimestre e de 4,0% em doze meses.

A carteira das pessoas jurídicas somou R\$35,4 bilhões em maio, variando 4,4% no trimestre (reduções respectivas de 5,5% e 8,7% nos saldos dos empréstimos para a indústria de transformação e para o comércio) e -4,6% em doze meses. A carteira das pessoas físicas atingiu R\$37,1 bilhões, expandindo 0,7% no trimestre e 4,6% em doze meses, com destaque para a modalidade financiamentos imobiliários.

A taxa de inadimplência dessas operações de crédito atingiu 4,85% em maio, aumentando 0,53 p.p. no trimestre e 0,86 p.p. em doze meses. A evolução no trimestre refletiu variações de 0,98 p.p. no segmento de pessoas jurídicas e de 0,04 p.p. no de pessoas físicas, que registraram taxas de inadimplência de 4,19% e 5,49%, respectivamente.

A economia pernambucana eliminou 20,1 mil postos de trabalho formais no trimestre encerrado em maio (39,3 mil em igual período de 2015), segundo o Caged/MTPS. Destacaram-se os cortes na indústria de transformação, 8,0 mil (dos quais 2,5 mil na atividade refino de açúcar e 1,6 mil na indústria química), na construção civil, 2,6 mil, e no setor de serviços, 3,6 mil. O nível de emprego formal decresceu 1,0% no trimestre encerrado em maio, considerados dados dessazonalizados (-1,8% no trimestre até fevereiro).

A taxa de desemprego atingiu 13,3% no trimestre encerrado em março, ante 8,2% em igual período de 2015, segundo a PNAD Contínua, do IBGE. O aumento repercutiu variações de 3,5% na população ocupada, sobressaindo a redução de 14,3% dos postos na agricultura, e de 2,2% na população economicamente ativa. No trimestre, o

**Tabela 2.35 – Evolução do emprego formal – Pernambuco**  
Novos postos de trabalho

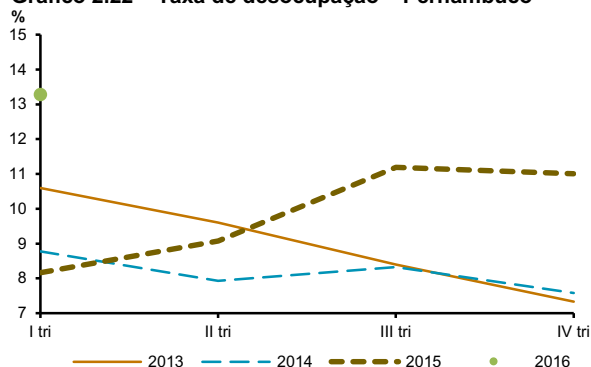
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) <sup>1/</sup>				
	2015			2016	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	-39,3	-17,7	4,7	-45,3	-20,1
Ind. de transformação	-18,9	-1,0	13,5	-21,1	-8,0
Comércio	-2,3	-3,6	2,2	-6,9	-4,9
Serviços	-6,6	-9,9	-11,0	-8,1	-3,6
Construção civil	-8,0	-7,0	-3,3	-2,7	-2,6
Agropecuária	-3,4	4,1	3,6	-6,4	-1,2
Serv. ind. de util. pública	-0,1	-0,3	-0,4	-0,1	0,2
Outros <sup>1/</sup>	-0,1	-0,1	0,0	-0,1	0,0

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

**Gráfico 2.22 – Taxa de desocupação – Pernambuco**



Fonte: IBGE (PNADC)

**Tabela 2.36 – Necessidades de financiamento – Pernambuco<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2015	2016	2015	2016
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
PE	-1 011	- 672	248	256
Governo estadual	- 340	- 390	252	262
Capital	- 69	- 126	6	9
Demais municípios	- 601	- 155	- 10	- 15

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

rendimento real médio habitual de todos os trabalhos e a massa salarial decresceram 2,1% e 8,3%, respectivamente.

No âmbito fiscal, o *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do estado atingiu R\$672 milhões no primeiro trimestre de 2016, ante R\$1,0 bilhão em igual período de 2015. Ocorreram aumentos nos *superavits* primários do governo estadual (14,6%) e da capital (82,4%), e recuo de 74,1% no dos demais municípios.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$256 milhões e o resultado nominal, *superavit* de R\$416 milhões (R\$248 milhões e *superavit* de R\$763 milhões no primeiro trimestre de 2015). A dívida líquida dessas esferas governamentais atingiu R\$11,4 bilhões em março de 2016, diminuindo 9,0% em relação a dezembro de 2015.

A arrecadação do ICMS totalizou R\$12,9 bilhões no período de doze meses encerrado em maio, segundo a Cotepe, do Ministério da Fazenda, recuando 9,3%, em termos reais, em relação a igual período de 2015 (IGP-DI como deflator). As transferências da União, incluídos os recursos do FPE e do FPM, atingiram R\$8,5 bilhões no período, conforme a STN, com recuo real de 1,8%, na mesma base comparação.

No setor agrícola, as produções de cana-de açúcar – principal cultura do estado – e de mandioca, prejudicadas por condições climáticas adversas, deverão recuar 6,2% e 42,0%, respectivamente, em 2016, segundo o LSPA do IBGE de junho. Em oposição, está projetada expansão anual de 143,4% para a safra de grãos do estado, destacando-se as estimativas de aumentos para as colheitas de milho (187,1%) e de feijão (117,7%).

A produção industrial de Pernambuco cresceu 7,8% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando retraiu 15,0%, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE<sup>2</sup>. A produção de alimentos, que detém maior representatividade na produção industrial do estado, aumentou 10,0%, evidenciando, em especial, a base de comparação deprimida<sup>3</sup>, e a da indústria metalúrgica cresceu 25,8%, se recuperando da retração observada no trimestre encerrado em fevereiro.

2/ A pesquisa ainda não incorporou os produtos oriundos da recente planta na indústria automotiva do estado, bem como na refinaria de petróleo.

3/ Conforme mencionado anteriormente, o excesso de chuvas nas regiões produtoras de cana-de-açúcar na segunda metade de 2015, sob influência do fenômeno El Niño, prejudicou a safra daquele ano e estimulou a antecipação da moagem da cana e do refino do açúcar para os meses finais de 2015, contribuindo para a retração de 24,8% na produção de alimentos – atividade com maior representatividade na indústria local -, assinalada no trimestre encerrado em fevereiro de 2016.

**Tabela 2.37 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Pernambuco<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões					Dívida <sup>2/</sup> 2016 Mar
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Outros <sup>4/</sup>	
	2015 Dez	Nominal Primário	Juros	Total <sup>3/</sup>		
PE	12 504	- 672	256	- 416	- 705	11 383
Governo estadual	13 107	- 390	262	- 129	- 662	12 315
Capital	411	- 126	9	- 117	- 24	270
Demais municípios	- 1 014	- 155	- 15	- 171	- 18	- 1 203

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

**Tabela 2.38 – Produção agrícola – Pernambuco**

Itens selecionados

Discriminação	Peso <sup>1/</sup>	Em mil toneladas			Variação %
		Produção		2016/2015	
		2015	2016 <sup>2/</sup>		
Grãos	5,4	63	154	143,4	
Feijão	4,0	34	75	117,7	
Milho	1,3	27	77	187,1	
Outras lavouras					
Caná-de-açúcar	38,0	15 965	14 975	-6,2	
Uva	16,6	237	237	0,0	
Banana	10,7	324	288	-11,0	
Mandioca	5,4	388	225	-42,0	
Tomate	4,9	94	62	-33,4	

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2014

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2016.

**Tabela 2.39 – Produção industrial – Pernambuco**

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % no período		
		2016		
		Fev <sup>2/</sup>	Mai <sup>2/</sup>	Acum. 12 meses
Indústria geral	100,0	-15,0	7,8	-10,4
Produtos alimentícios	31,2	-24,8	10,0	-10,0
Bebidas	10,9	-8,2	-2,0	-8,4
Produtos minerais não-metálicos	9,4	-7,2	-4,4	-10,3
Outros produtos químicos	9,2	7,5	-6,4	-9,8
Metalurgia	7,2	-21,2	25,8	-6,4
Outros equip. de transporte	6,5	-34,4	1,8	-40,3

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Considerados períodos de doze meses, a indústria contraiu 10,4% em maio, em relação a igual intervalo de 2015 (-9,2 % em fevereiro), evidenciando recuos nas doze atividades pesquisadas (outros equipamentos de transporte, -40,3%, em função do cancelamento de encomendas de navios de petróleo pela Petrobras; minerais não metálicos, -10,3%; alimentos, -10,0%).

O Ipei do estado, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), atingiu 45,6 pontos em junho, maior patamar desde dezembro de 2014 (37,9 pontos em março e 41,1 pontos em junho de 2015). A evolução do indicador, que persiste na área de pessimismo, sugere perspectivas favoráveis para a indústria nos próximos trimestres.

A balança comercial do estado registrou *deficit* de US\$1,7 bilhão no primeiro semestre do ano (US\$2,4 bilhões no mesmo período de 2015), de acordo com estatísticas do MDIC. As exportações atingiram US\$562,1 milhões e as importações, US\$2,2 bilhões, variando 51,1% e -21,2%, respectivamente, no período.

O crescimento das exportações refletiu variações de 88,6% no *quantum* e de -19,9% nos preços dos produtos exportados. Destacaram-se os aumentos nas vendas externas de produtos manufaturados, 66,1% (insumos petroquímicos para a produção de resina PET, 115,3%; óleo diesel, 56,0%). Registre-se que as exportações de automóveis fabricados por montadora que iniciou suas atividades em 2015 representaram cerca de 20,0% dos embarques da categoria, no semestre. As vendas de semimanufaturados diminuíram 39,9% (açúcar em bruto, -85,8%). Argentina, EUA, Cingapura e Antilhas Holandesas, adquiriram, em conjunto, 64,5% das vendas externas do estado no semestre, ressaltando-se o crescimento das vendas de insumos de resina PET para os EUA.

A redução das importações repercutiu decréscimos de 10,1% nos preços e de 12,4% no *quantum*. Houve recuos nas compras em todas as grandes categorias econômicas: combustíveis e lubrificantes, 30,9% (óleo diesel, -66,5%; gasolina, -41,3%); bens de capital, 24,5% (maquinaria industrial, -54,9%); bens de consumo duráveis, 19,9% (motocicletas, -95,9%); bens de consumo semiduráveis e não duráveis, 14,6% (bebidas, -36,5%); e bens intermediários, 14,4% (alumínio, -99,2%; produtos laminados, -71,9%). EUA, Argentina, Itália e China constituíram, em conjunto, o mercado de origem de 57,6% das importações de

**Tabela 2.40 – Exportação por fator agregado – FOB**  
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Pernambuco		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	372	562	51,1	-4,3
Básicos	29	30	5,3	-6,3
Industrializados	343	532	54,9	-0,2
Semimanufaturados	36	22	-39,9	0,1
Manufaturados <sup>1/</sup>	307	510	66,1	-0,3

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

**Tabela 2.41 – Importação por categoria de uso – FOB**  
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Pernambuco		Brasil	
	2015	2016	Var. %	Var. %
Total	2 818	2 220	-21,2	-27,7
Bens de capital	416	314	-24,5	-18,6
Bens Intermediários	1 156	989	-14,4	-25,6
Bens de consumo	378	317	-16,2	-26,4
Duráveis	114	91	-19,9	-47,6
Automóveis de passageiros	82	85	4,3	-51,2
Semiduráveis e não duráveis	264	225	-14,6	-17,9
Combustíveis e lubrificantes	868	599	-30,9	-48,0
Petróleo	0	0	...	-47,0
Demais	868	599	-30,9	-48,4
Bens não especificados	0	0	...	29,1

Fonte: MDIC/Secex

**Tabela 2.42 – IPCA – Recife**

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % trimestral			
		2015		2016	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	1,03	2,66	2,59	1,92
Livres	78,3	1,05	3,00	2,77	1,34
Comercializáveis	39,4	1,27	3,18	3,12	1,78
Não comercializáveis	38,9	0,83	2,83	2,40	0,89
Monitorados	21,7	0,98	1,45	1,91	4,07
Principais itens					
Alimentação	28,4	0,67	4,57	4,54	1,79
Habitação	14,0	0,73	1,02	0,01	3,21
Artigos de residência	4,9	3,94	1,59	2,93	1,28
Vestuário	7,3	-0,77	3,23	0,35	2,17
Transportes	14,9	1,45	2,82	2,55	0,51
Saúde	12,8	1,71	2,20	3,13	4,52
Despesas pessoais	9,7	1,22	2,04	1,86	0,77
Educação	4,5	0,83	0,36	3,80	0,37
Comunicação	3,5	0,68	0,91	0,38	0,09

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2016.

Pernambuco no semestre, destacando-se o recuo nas compras de óleo diesel provenientes dos EUA.

O IPCA na região metropolitana de Recife variou 1,92% no segundo trimestre de 2016, ante 2,59% no primeiro. A redução refletiu desaceleração dos preços livres, de 2,77% para 1,34%, e aceleração dos monitorados, de 1,91% para 4,07%. A evolução dos preços livres repercutiu decréscimos nas variações dos preços dos bens não comercializáveis, de 2,40% para 0,89% (feijão carioca, 59,64%; tubérculos, raízes e legumes, -22,51%), e dos comercializáveis, de 3,12% para 1,78% (leites e derivados, 6,35%; vestuário, 2,17%). A evolução dos preços monitorados foi condicionada, principalmente, pelos aumentos nos itens produtos farmacêuticos (10,32%), energia elétrica residencial (8,24%) e planos de saúde (3,21%). O índice de difusão atingiu 61,4% no segundo trimestre do ano (77,2% no primeiro).

Considerados períodos de doze meses, o IPCA da Região Metropolitana do Recife (RMR) variou 8,45% em junho (9,92% em março), repercutindo elevações de 8,39% nos preços livres (alimentação fora do domicílio, 7,56%; vestuário, 5,03%; saúde e cuidados pessoais, 12,04%) e de 8,65% nos monitorados (planos de saúde, 14,11%; produtos farmacêuticos, 12,49%; ônibus urbano, 14,54%).

A atividade econômica de Pernambuco registrou trajetória de contração no decorrer de 2015 e início de 2016, sensibilizada por recuos em investimentos privados e públicos, em especial relacionados à refinaria do Nordeste e ao polo naval, e pela quebra da safra de cana-de-açúcar. Esse processo registrou, aparentemente, relativa acomodação no trimestre encerrado em maio, quando o IBCR-PE variou 0,2% em relação ao trimestre finalizado em fevereiro. Ressalte-se que as atividades da refinaria e da montadora, em operação a partir de 2015, ainda não estão contemplados pelo IBCR-PE, mas têm exercido impactos favoráveis sobre as exportações do estado – a representatividade das vendas externas de automóveis e óleo diesel superou a do açúcar, no período recente. A melhora das expectativas dos empresários industriais e o aumento dos emplacamentos dos automóveis constituem indicativos de melhora da atividade econômica no estado para os próximos trimestres.